



Prefácio

Ao lançar em 2005 a primeira edição de *Brasil: o estado de uma nação*, o Ipea inaugurava uma prática anual “de analisar e expor à população brasileira os problemas que enfrentamos para que o potencial do país seja integralmente aproveitado, acompanhado de sugestões de mudanças que estimulem o debate sobre o que é necessário fazer para que o futuro encontre uma nação economicamente mais forte e menos desigual”.

Naquela oportunidade, sob o tema *Desenvolvimento e inclusão social hoje e no futuro*, retratamos como a nação brasileira tem produzido e se desenvolvido materialmente; como tem sido capaz de organizar suas instituições, empresas e indivíduos para inovar e competir com o resto do mundo; como tem dividido entre concidadãos o que é capaz de produzir; como seus membros se organizam e participam da vida social e política; como os brasileiros ocupam seu território e preservam os recursos naturais; como se reparte o poder e se administram subespaços nacionais no país e, na projeção da perenidade, como afinal pensamos o futuro, expresso na juventude de nossa gente.

Em continuidade àquela iniciativa, apresentamos ao público a segunda edição da série *Brasil: o estado de uma nação*, que traz como tema central *Os desafios do mercado de trabalho brasileiro*. Enquanto instância para onde converge toda uma teia de condicionantes e determinantes econômicos, sociais e políticos, o mercado de trabalho tem importância fundamental na conformação das condições presentes e futuras do país, tendo em vista especialmente o célere ritmo de mudanças que experimentamos.

De fato, vivemos tempos de profundas mudanças na forma de produzir e competir, tanto doméstica quanto internacionalmente. São igualmente profundas

as mudanças no padrão de investimento e de incorporação tecnológica. Todas essas transformações provocam sérios impactos na forma como se organiza o mercado de trabalho, como se gera o emprego – e também o desemprego e a informalidade –, como se alocam os recursos produtivos da sociedade e como se definem as remunerações. Mas o dinamismo das mudanças provoca outras reações: modifica-se o modo como indivíduos e famílias se organizam, alteram-se as formas de engajamento de crianças, jovens e até mesmo adultos na educação, muda a maneira como homens e mulheres dividem e compartilham o mundo do trabalho, e mudam ainda os papéis que tradicionalmente eram destinados aos idosos.

Essas mudanças, hoje evidentes, decorrem de um longo processo pelo qual passou o mundo nas últimas três décadas. Desde o final dos anos 1970, o fluxo de comércio evoluiu; o padrão de investimento se modificou e deslocou o papel proeminente da geração de emprego da indústria para os setores de prestação de serviços – sobretudo os mais dinâmicos e modernos; os requisitos exigidos da mão-de-obra passaram a ser de maior qualidade; e novas e diferentes ocupações, que há uma década sequer eram vislumbradas, surgiram. No Brasil, essa dinâmica de transformações chegou uma década mais tarde, com o esgotamento do modelo de crescimento apoiado na intervenção do Estado e no fechamento da economia, e com a explosão de demandas sociais por maior participação política e melhor repartição dos frutos do desenvolvimento.

A abertura comercial estimulou os aumentos de produtividade e acelerou a adoção de novas tecnologias, principalmente nas áreas de automação, comunicação e processamento de dados. Mas não apenas nelas, pois houve disseminação de avanços tecnológicos por praticamente toda a atividade econômica. Ao lado das privatizações, a abertura e as inovações acarretaram profundo rearranjo setorial e reestruturação empresarial, com impacto não desprezível no aumento da taxa de desemprego e efeitos diferenciados sobre a renda e o emprego de trabalhadores com diferentes características – notadamente, idade e grau de instrução.

Ao mesmo tempo, a drástica redução da inflação a partir de 1994 também afetou a estrutura produtiva e de empregos. Como se sabe, a inflação elevada compromete não apenas a distribuição de empregos entre setores e profissões, mas também a estrutura de remuneração, podendo ainda, como no caso brasileiro, mascarar resultados operacionais negativos de empresas, encobrendo ineficiências e gerando distorções. Uma vez controlado o processo inflacionário, o ajuste da economia refletiu-se no mercado de trabalho, redundando em fechamento de empresas e perdas de postos de trabalho.

Adicionalmente, a segunda metade da década passada foi ainda marcada por diversas crises externas (México em 1995, Ásia em 1997, Rússia em 1998, Argentina em 2002), com impactos contundentes na taxa de juros e oscilações cambiais após 1999, restringendo a atividade econômica, o nível de emprego, e provocando redução do valor médio das remunerações. O longo processo de

ajuste começa a produzir frutos sob a forma de aumento do emprego e das remunerações, mas a dinâmica produtiva requer que se avance ainda mais no sentido de ampliar o acesso ao trabalho e tornar mais flexíveis as relações trabalhistas para fazer frente às condições de uma economia em constante processo de transformação.

Diante desse quadro econômico, no qual as transformações competem em multiplicidade e complexidade, é imperioso que as instituições que regulam e conformam o mercado de trabalho se aprimorem de modo a permitir que a relação de trabalho se torne mais inclusiva e cooperativa, e menos conflituosa. A essas instituições cabe implementar ajustes e instrumentos adequados de incentivo às empresas para que direcionem seus investimentos também para recursos humanos, na busca por mais eficiência e maior capacidade de competir, estimulando igualmente os indivíduos a se tornarem mais capazes e mais bem treinados.

O Brasil tem dado mostras de capacidade de superação. É preciso perseverar nas reformas, tanto naquelas apontadas na edição de 2005 como nas aqui explicitadas, que devem ser objeto de reflexão e debate por parte da sociedade, para tornar o país mais apto a enfrentar um mundo mais globalizado e competitivo a cada dia.

Esta edição de *Brasil: o estado de uma nação* cumpre o compromisso firmado de anualmente entregar à sociedade uma publicação, fruto do esforço de dezenas de pesquisadores do Ipea e de outros centros de pesquisa, discutindo o panorama atual do país em torno de temas que afetam diretamente a vida de todos os brasileiros.

Luiz Henrique Proença Soares
Presidente do Ipea

Alexandre de Ávila Gomide
Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Anna Maria T. Medeiros Peliano
Diretora de Estudos Sociais

Cinara Maria Fonseca de Lima
Diretora de Administração e Finanças

João Alberto De Negri
Diretor de Estudos Setoriais

Marcelo Piancastelli de Siqueira
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Paulo Mansur Levy
Diretor de Estudos Macroeconômicos

